



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DIREITOS HUMANOS SAÚDE PÚBLICA

Rua Riachuelo, 115 - 1º andar - CEP 01007-904

PJDH n. 537/2014

Memória de Reunião

No dia 21 de novembro de 2018, por volta das 15h00 horas, nesta Promotoria, na presença do Promotor adiante assinado, e da Analista de Promotoria I, Amanda Alves D'Arienzo, compareceram

Lighia B. Morodynski Matsushigne (Coletivo Butantã na Luta e GT-Saúde Adusp)

Lester Amara Junior (Coletivo Butantã na Luta)

Mário Blanco (Coletivo Butantã na Luta)

Paulo F. Ramos Margarido (Superintendente de Saúde da USP pela Reitoria)

Luiz Eugênio Garcez Leme (Superintendente do HU)

George Curi Meserani (PGUSP)

Walter Cintra Ferreira Jr. (HU)

Amanda Luíza Negro Monteiro (PGUSP)

Waldir Benvidas (ADUSP)

A reunião foi marcada para a discussão das ações pretendidas pela Reitoria para o HU após a derrubada do veto do Governador para a lei que corrigia a aplicação da verba orçamentária de R\$48 milhões no Hospital Universitário, tendo sido definido, pela ALESP, que a execução orçamentária de tal verba deveria ser aplicada para o grupo de despesas 1, recursos humanos do Hospital Universitário.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DIREITOS HUMANOS SAÚDE PÚBLICA

Rua Riachuelo, 115 - 1º andar - CEP 01007-904

A Reitoria, num primeiro momento, informou que, já ser novembro de 2018, o orçamento da USP já foi executado, assim, não teria como ser aplicada a verba mencionada no HU. Entende-se, sucintamente, que havia uma dúvida se a verba poderia ou não ser executada no HU. A PGM, ainda, informou que não se trata de verba nova e que o dinheiro proveniente dos royalties do petróleo não “entram” na USP para a gestão da Universidade, que vão direto para a SPPREV e que não é costume a modificação da peça orçamentária encaminhada pela USP pelos deputados na ALESP.

O Ministério Público esclareceu que, independentemente do grupo de despesas em que a verba para o HU foi alocada, e tratando-se de verba nova ou não, tendo a peça orçamentária definida a aplicação de determinado recurso no HU, o dinheiro deveria ter sido aplicado conforme deliberação dos deputados estaduais e que a lei orçamentária não pode ser ignorada pela USP.

Os integrantes do movimento social Coletivo Butantã na Luta asseveraram que a verba dos royalties do petróleo entram na USP para a gestão da universidade, que é uma verba “nova”, pois nunca entrara antes, e que a deliberação dos deputados de determinar a aplicação de R\$48 milhões deste recurso no HU para o grupo de despesas 1 não pode ser ignorada. Acreditam que a USP necessita integralizar este valor ao orçamento do HU.

A ADUSP manifestou-se entendendo que, de fato, houve uma irregularidade por parte na USP na forma de aplicação do orçamento, considerando que não levou em consideração a determinação da ALESP e que, portanto, é preciso que tal irregularidade seja corrigida de alguma forma.

O Superintendente da USP asseverou que, dentro do quadro atual do HU, os recursos para o funcionamento do hospital foram utilizados, não havendo, para o tamanho



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DIREITOS HUMANOS SAÚDE PÚBLICA

Rua Riachuelo, 115 - 1º andar - CEP 01007-904

atual do HU, necessidade de verba a mais. Também, acredita que o HU, como hospital secundário, de fato precisa ter seu pronto socorro referenciado e que a abertura da UPA no terreno cedido pela USP ajudaria a equalizar este referenciamento absorvendo a demanda de atenção básica. Também, informa que foi realizado o convênio com o HC para melhorar a parceria entre os hospitais e que só falta ser efetivamente colocado em prática. Esclarece que o hospital não está fechado, mas pontua algumas medidas primordiais que precisariam ser tomadas para que o hospital pudesse aumentar imediatamente o atendimento, quais sejam:

- 1. Contratação de anestesistas**
- 2. Reabertura da semi-intensiva**
- 3. Contratação de profissionais de enfermagem**

Os integrantes do Coletivo Butantã na Luta pontuaram que é preciso que o HU realize um plano de transição em relação ao referenciamento do hospital, visto que a rede de atenção básica da região não está pronta para absorver a demanda referenciada e, na prática, a população fica sem atendimento. Ainda, asseveram que o HU pode não estar fechado, mas seu atendimento está minguado e que dos 8 centros cirúrgicos apenas 3 estão funcionando.

O Sr. Walter Cintra Ferreira Jr. afirmou que, neste momento, mais do que dinheiro, é preciso que a USP viabilize uma forma de contratação dos recursos humanos necessários ao hospital que não repita os erros que levaram a Universidade às dificuldades financeiras que enfrentara.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DIREITOS HUMANOS SAÚDE PÚBLICA

Rua Riachuelo, 115 - 1º andar - CEP 01007-904

Os representantes do HU e da Reitoria asseveraram que a administração atual procurou profissionalizar a administração do HU e descartou qualquer possibilidade de desvinculação HU da USP, o que foi reconhecido pelo movimento popular.

Assim, os presentes concordaram que, diante do quadro ora narrado, era necessário que a USP efetivamente tivesse medidas de investimento no HU.

Assim, decidiu-se pelos seguintes encaminhamentos:

- 1. A USP apresentará um projeto que viabilize as contratações necessárias de recursos humanos para o HU, notadamente, num primeiro momento, dos anestesistas e profissionais de enfermagem necessários.**
- 2. A USP apresentará um projeto para a reabertura da semi-intensiva.**
- 3. A USP apresentará um projeto para a efetiva renovação dos equipamentos médicos necessários do HU.**

Os integrantes do movimento social, ainda, requerem que a USP se debruce sobre o tema da internalização do recurso deliberado pela ALESP para o HU e que realize um projeto de transição para o HU, sem desconsiderar a necessidade do atendimento básico na região.

Por fim, a ADUSP fez considerações sobre a necessidade de a Reitoria enfrentar o tema do repasse irregular do orçamento da USP pelo Estado de São Paulo, considerando que há descontos inadequados no valor do ICMS que é repassado, e que este problema orçamentário é a raiz de todos os problemas financeiros da USP.

Finalmente, o Superintendente do HU também acredita que é necessário conversar com a SES para que promova a reabertura de um andar que está fechado no Hospital



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DIREITOS HUMANOS SAÚDE PÚBLICA

Rua Riachuelo, 115 - 1º andar - CEP 01007-904

Estadual Darcy Vargas e com a SMS quanto a reabertura do Hospital Sorocabano, o que melhoraria o atendimento na região.

Por fim, este Promotor delibera:

1. Encaminhe-se, por e-mail, cópia desta memória de reunião aos presentes.
2. **Ainda, anote-se que foi agendada reunião em continuidade, para a apresentação, pela USP, dos itens mencionados no encaminhamento, inicialmente para o dia 12 de dezembro de 2018, às 14h30.**

São Paulo, 21 de novembro de 2018.

Arthur Pinto Filho
Promotor de Justiça

Amanda Alves D'Arienzo
Analista de Promotoria I